

A MULHER NO MUNDO DOS HOMENS: ANÁLISE DE UMA BIOGRAFADA

WOMEN IN A MAN'S WORLD: ANALYSIS OF A BIOGRAPHED

CRISTIANO DAS NEVES BODART¹
DOUTOR EM SOCIOLOGIA

CARLOS JORDAN LAPA ALVES²
MESTRANDO EM COGNIÇÃO E LINGUAGEM

Resumo: O artigo propõe, a partir de uma narrativa autobiográfica, analisar o lugar da mulher no “mundo dos homens”, particularmente de uma mulher que aos 16 anos de idade entrou na política. Por meio de entrevista semiestruturada com a biografada coletou-se a trajetória de vida, buscando-se compreender de que forma ela se enxerga no “mundo dos homens”. A partir disso, realiza-se análise das relações de gênero sob as contribuições de Ianni (1973), Bourdieu (2002, 2004, 2003a, 2003b, 2003c, 2010), Elias (1995) e Martins (2014). Identificou-se que há uma ilusão de inclusão no “mundo dos homens” e uma percepção ingênua de uma realidade marcada pela igualdade de gênero.

Palavras-chave: biografia, gênero, estratificação, mundo dos homens, papéis sociais

Abstract: This article proposes to analyze, based on an autobiographical narrative, a woman's place in a “man's world”, particularly of a woman who at 16 years of age entered politics. Through a semistructured interview with the biographed, the course of her life was recorded from her own perspective. The choice to record the narrative directly from her point of view came about through an interest in understanding in what way she viewed herself in a “man's world”, using this as a starting point to undertake an analysis of gender relations based on the contributions of Ianni (1973), Bourdieu (2010, 2003a, 2003b, 2003c), Elias (1995) and Martins (2014). It was found that there is an illusion of inclusion in a “man's world” and a naïve perception of reality marked by gender equality.

Keywords: biography, gender, stratification, man's world, social roles

¹ Professor do Centro de Educação (Cedu) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal, Brasil) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Ufal. Doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil), mestre em planejamento regional e gestão de cidades pela Universidade Candido Mendes (Ucam, Rio de Janeiro, Brasil) e graduado em licenciatura em ciências sociais pelo Centro Universitário São Camilo (Cusc, Brasil). E-mail: cristianobodart@hotmail.com

² Mestrando em cognição e linguagem pela Universidade do Norte Fluminense (Uenf, Campos dos Goytacazes, Brasil) e graduado em bacharelado em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil) e em licenciatura em história pelo Centro Universitário São Camilo (Cusc, Brasil). E-mail: jordan.alves@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A relação entre História e Biografia suscita uma discussão clássica nas Ciências Sociais; trata-se da dialética entre sociedade e indivíduo ou estrutura e agência, ou ainda individualidade e coletividade. Pela proposta deste artigo, tal discussão encontra-se presente e a reflexão dialética das influências nos parece ser importante para compreendermos o contexto que se insere a história de vida do nosso sujeito, mais especificamente de que modo uma mulher esteve presente no “mundo dos homens”.

O termo “mundo dos homens” é usado a partir do pressuposto de que o mundo onde se insere a história de vida analisada é uma sociedade patriarcal, marcada por uma estratificação sexual típica das sociedades ocidentais, sobretudo às tradicionais e conservadoras das relações de poder que estão difusas em todas as esferas sociais; práticas que Bourdieu (2010) chamou de “dominação masculina”. Buscamos analisar a condição da mulher e sua posição em uma dada sociedade e em relação aos homens, partindo do pressuposto de que se trata do resultado de *habitus* incorporados tanto por homens, quanto por mulheres, os quais condicionam e orientam as ações dos indivíduos para a reprodução de uma dada estratificação social (BOURDIEU, 2003a).

A discussão que aqui propomos originou-se de uma informação inicial de que na década de 1970, em um pequeno município do Espírito Santo, uma jovem de 17 anos havia se candidatado à vereança e vencido as eleições, ficando no cargo por dois mandatos consecutivos (1973-1983). Para se candidatar a mesma teve que adulterar seus documentos a fim de provar sua maioridade. Frente a essa informação, começamos a levantar questões que poderíamos abordar a partir da história de vida daquela mulher, tais como, as adversidades frente a sua inclusão na política e o tratamento ofensivo e preconceito por parte da população e dos demais políticos de sua época por se tratar de uma mulher, a primeira a entrar na política partidária naquele município. Ao entrarmos em contato com a biografada notamos que nenhuma das duas questões estavam presentes, pelo menos não de forma acintosa (como discutiremos). Narrou a biografada que foi muito bem aceita na política local e que teve total apoio da família (pais e irmãos mais velhos), da sociedade e dos demais políticos, assim como teria sido respeitada no cargo que exercia, recebendo o mesmo tratamento dos demais. Frente a tal narrativa, nos deparamos com o desafio de pensar as relações de gênero em contexto de aparente igualdade de tratamento e posição social. Tratava-se da necessidade de “interpretar a interpretação” da biografada. Estávamos diante de um material pré-sociológico, uma vez que “tais informações não vem desprovidas de uma interpretação própria, ainda que interpretação do senso comum” (MARTINS, 2014). Como destacou Martins,

Os sociólogos arrecadam sua principal matéria-prima num diálogo de conhecimento, na conversação indagativa entre o conhecimento sociológico e o conhecimento de senso comum, entre pesquisador e os sujeitos dos enigmas sociais que pedem ou comportam desvendamento científico. O depoimento sobre fatos ocorridos com uma pessoa ou grupo já vem emoldurado no

que se chama de racionalização, no tornar coerente o que poderia ser tomado pelo ouvinte como incoerente. Nesse tornar coerente o que coerente não parece, no tornar inteligível para o ouvinte o que ele não poderia compreender nos termos próprios de quem narra, o narrador não só informa, mas informa interpretando (MARTINS, 2014, p. 13).

Nesse sentido, o cientista social em geral, não apenas o sociólogo, precisa compreender que a narrativa é apenas um material (dados da pesquisa) coletado que carece de ser teoricamente analisado a fim de desvelar as relações de poder existentes, assim como compreender a estrutura social que envolve os fatos narrados.

Em se tratando de estratificação, destacou Ianni (1973, p. 11), que “não se pode compreendê-lo enquanto não se examina a maneira pela qual se organizam as estruturas de apropriação (econômica) e dominação (política)”. Assim, recorreremos inicialmente às contribuições de Bourdieu, sobretudo os seus conceitos de “poder simbólico”, “*habitus*”, “capital social” e “campo”. Nesse sentido, são “necessários cérebros ágeis e treinados para absorver a quintessência da experiência vivida, para colocá-la à distância a fim de realizar sua crítica; e sobretudo para dar-lhe uma forma de expressão escrita” (BERTAUZ, 1980, p.220).

Ao discutirmos as relações simbólicas de poder a partir de uma autobiografia, nos propomos seguir a perspectiva de Bertauz (1980), nos esforçando para unir níveis de análise comumente tomadas separadamente (estrutura e agência/ sociedade e indivíduo) buscando unir o pensamento estrutural do simbólico e superar o dualismo que marcou a história das Ciências Sociais, tal como fez brilhantemente Norbert Elias em sua obra “Mozart: Sociologia de um gênio” (1995).

A fim de evitar exposições, as quais julgamos desnecessárias, usaremos o nome fictício “Mariza” para nos referirmos a nossa biografada e não mencionaremos com exatidão o município onde se deram os acontecimentos, apenas que trata-se de um município que tem pouco mais de 50 anos de emancipação política, possuindo atualmente menos de 20 mil habitantes, estando situado no litoral da Região Sudeste e que sua economia foi durante muito tempo marcada pela pesca artesanal e a agricultura familiar de subsistência. Atualmente há uma maior diversificação do setor econômico, destacando-se o turismo e os setores de serviços e comércio.

O presente artigo justifica-se pela necessidade de compreendermos as disputas pelo poder simbólico que marcam as relações de gênero, ainda que essas pareçam, sob a narrativa da biografada, não existir.

O artigo estrutura-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são apresentados os conceitos base deste artigo para a realização posterior de algumas análises entorno das narrativas da autobiografia. Na segunda parte, são apresentados o método e os procedimentos da pesquisa. A terceira seção é destinada ao esboço da narrativa da biografia e algumas análises, buscando compreender o lugar da narradora na “sociedade dos homens”. Por fim, realiza-se algumas considerações finais.

ESTRUTURA, ESTRATIFICAÇÃO, PODER: CONCEITOS CAROS AOS ESTUDOS DE GÊNERO

Pensar as relações de gênero demanda analisar as estruturas sociais, a estratificação, “o lugar das coisas” e, conseqüentemente, o poder. Esses elementos estão presentes, por exemplo, em duas grandes obras: “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir ([1949]2009), e “A dominação masculina”, de Pierre Bourdieu ([1990]2010). Nesse sentido, nos propomos inicialmente delimitar os conceitos de estratificação, poder simbólico, *habitus* e *campo* para, *a posteriori*, introduzirmos uma breve discussão em torno das relações de gênero, tomando como objeto de análise parte da trajetória de vida de uma mulher que viveu em um pequeno município capixaba marcado por uma sociedade patriarcal e relativamente pobre, do ponto de vista econômico.

Para compreendermos as relações de poder existentes em uma dada sociedade, é importante entendermos sua estruturação e estratificação. É importante não olvidar que, como atestou Bourdieu (1994), as estruturas são estruturantes e, portanto, (re)produtora de estratificações sociais, de gênero e raça. Em se tratando de estratificação social, Octavio Ianni afirma que para uma melhor compreensão é necessário analisar as estruturas econômicas e políticas da sociedade em estudo, uma vez que para ele,

A maneira pela qual se estratifica uma sociedade depende da maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente. E a maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente está diretamente ligada ao modo pelo qual eles organizam a produção econômica e o poder político (IANNI, 1973, p.11).

Observar e examinar as estruturas de apropriação (econômica) e de dominação (política) nos leva a compreender o processo de estratificação social (IANNI, 1973) e, com isso, compreender qual “mundo se configura” e qual o papel ou o lugar dos indivíduos nessa sociedade, assim como enxergar as relações de gênero, as quais geralmente estão naturalizadas e imperceptíveis. Assim, “(...) as diversas configurações histórico-estruturais (...) correspondem a distintas modalidades de organização das condições de reprodução social (...)” (IANNI, 1973, p. 13). Analisar a divisão social do trabalho em nossa sociedade capitalista e patriarcal, nos possibilita compreender, no caso aqui de interesse, o “lugar das mulheres” no “mundo dos homens”, o que é observado por meio da distribuição do produto (econômico) e do poder (político), bem como das estruturas que reproduzem as “ordens das coisas”.

É importante considerar que a distribuição de poder político está quase sempre vinculada à distribuição do produto econômico e que esta distribuição configura relações de poder desiguais, as quais estão presentes nas práticas sociais. Tal poder se manifesta de forma objetiva e perceptível, como também de forma não perceptível, o que levou Bourdieu (2010) a formular o conceito de “poder simbólico”.

Bourdieu (1994) desenvolveu o conceito de poder simbólico, argumentando que tal poder estaria disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais em acordo com os

interesses da classe ou grupo dominante; estes detentores de capital simbólico o utilizam como instrumento de integração social em torno de consensos dos sentidos da realidade social que lhes interessam. O poder simbólico consiste “[n]esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1994, p.7-8).

Para exercer poder simbólico, antes é necessário o indivíduo obter capital simbólico e este “não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio” (BOURDIEU, 2003a, p.15).

Para Bourdieu (2003b), as estruturas, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente, e as relações de poder [simbólico], nesse contexto, exercem papel importante para “organizar” os indivíduos em seus “devidos lugares” no interior da sociedade. A partir dessas estruturas estruturadas e estruturantes Bourdieu desenvolveu o conceito de *habitus*, o qual nos ajuda a compreender as ações dos indivíduos. Sob conceituação de Bourdieu, *habitus* seriam

(...) sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes; isto é, como princípio gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras; objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-los, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas, sem serem o produto da ação organizadora de nenhum maestro (BOURDIEU, 1994, p.61).

É importante compreender que “(...) o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de uma sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2003a, p. 60-61). Nesse sentido, o *habitus* é tido como predisposições que se acumulam e orienta as concepções acerca da realidade e suas ações, sendo fruto do processo de socialização dos indivíduos. É a partir do *habitus* que se realiza os julgamentos valorativos, por exemplo. De forma mais específica, é a partir do *habitus* adquirido por meio de nossas experiências sociais em uma sociedade patriarcal que obtemos predisposições para situarmos a mulher em um estrato social inferior em relação à posição dos homens na sociedade, o que se dá não necessariamente de forma aparente, como denunciou Simone de Beauvoir (2009) na década de 1940, mas que ainda é latente em nosso tempo. Nos termos de Bourdieu (2003a, p.13), “incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas de ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação”. É justamente essas estruturas de ordem masculinas que chamamos aqui de “mundo dos homens”, uma vez que “disposições (*habitus*) são inseparáveis das estruturas (...) que as produzem e as reproduzem, tanto nos homens, quanto nas mulheres” (BOURDIEU, 2010, p. 55). Assim, o *habitus* “(...) é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de

legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2002, p. 41).

O *habitus* é adquirido no interior de um dado campo e neste os indivíduos disputam por capitais simbólicos que lhe darão legitimidade e poder simbólico socialmente reconhecido, uma vez que o capital simbólico só tem importância no interior do campo. Na teoria bourdieusiana,

O campo social é um campo de forças/lutas entre os agentes posicionados uns em relação aos outros, orientam-se, sabedores práticos das regras, limites e possibilidades que estruturam o jogo social do campo que re-produzem. Há na agência dos indivíduos no interior do campo certa liberdade, improvisações, inventividades, com estratégias (não-conscientes), tentando angariar uma acumulação maior de capital (objeto de disputas), tentando atingir as posições mais elevadas, logo, tentando adquirir poder (simbólico), reconhecimento, reputação, autoridade e notoriedade (SCHENATO, 2011, p. 37).

Em cada campo (intelectual, religioso, esportivo, político, etc.) há uma disputa pela apropriação de capitais simbólicos próprios, os quais determinará a posição do indivíduo no interior desse campo (BOURDIEU, 2003a). No interior do campo há indivíduos dispostos a disputar pelo acúmulo de capital simbólico que lhes dará destaque (distinção) e poder. Para que esse jogo de disputa ocorra é necessário que os indivíduos estejam dotados de “*habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das paradas em jogo, etc.” (BOURDIEU, 2003b, p.120).

Os agentes criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. (BOURDIEU, 2004, p. 23).

É a partir das regras sociais estabelecidas pela sociedade patriarcal que esta se reproduz e se legitima.

Observando a estrutura social das sociedades patriarcais capitalistas notamos que os homens, em relação às mulheres, são mais dotados de capitais simbólicos e, conseqüentemente, ocupam estrato social superior, o que é observado de forma objetiva por meio das desigualdades de acesso ao mercado de trabalho, por exemplo. Exceto em sub-campos, ou espaços, que os homens não demonstram interesse em disputar por posições de distinção, tornando-se esses “espaços femininos”. Como destacou Bourdieu,

(...) Qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem (BOURDIEU, 2010, p. 111).

Há, nas sociedades patriarcais, uma distribuição de poder simbólico que estrutura uma relação de poder e posição social em situação desfavorável às mulheres. Nesse sentido, a ordem

social estabelecida por essa distribuição desigual tende a ratificar a dominação masculina que se materializa na divisão social do trabalho e na distribuição do produto (econômico) e do poder (político) (BOURDIEU, 2010). Na configuração estrutural das relações de poder coube à mulher o papel de cuidadora, de sensível, de sexo frágil; características (re)produzidas socialmente. Como destacou Simone de Beauvoir,

a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (BEAUVOIR, 2009 [1949], p. 375).

Para Bourdieu (2010), a família acaba assumindo o principal papel de reprodução da dominação masculina e toda a sua divisão sexual do trabalho, ainda que precocemente, o que direcionará, tanto nos homens quanto nas mulheres, a identidade de gênero e, conseqüentemente, o seu lugar. Parece que quanto mais clara a estratificação econômica, mais facilmente se observa as diferenças entre os gêneros na divisão social do trabalho e a percepção de que há campos onde os homens estão mais propensos a acumular mais capitais simbólicos do que as mulheres, como por exemplo, no campo político. No entanto, como bem destacou Beauvoir ([1949]2009), não se nasce mulher, torna-se mulher, o que significa dizer que, sendo a mulher uma produção social, há possibilidade de uma reconfiguração das relações de dominação e superação do *habitus* produzido sob a visão patriarcal, o que não é uma tarefa fácil e nem dependente apenas do indivíduo. É necessário questionar as estruturas sociais, as quais tanto homens e mulheres são vítimas. Simone de Beauvoir por várias vezes destacou as dificuldades das próprias mulheres se libertarem de suas posições de “segundo sexo”, mesmo quando livra-se de tarefas “destinadas” às mulheres. Sobre essa situação, Beauvoir nos traz um exemplo bastante elucidativo da patroa que “(...) embora livrando-se do fardo de execução do trabalho, quer ter a responsabilidade dele e o mérito; ela quer imaginar-se insubstituível, indispensável” (p. 312). Tanto em Beauvoir (2009), quanto em Bourdieu (2010), a coisificação da mulher é vista como produto de seu confinamento a espaços “de mulher”, condição que reforça a crença de que existem “determinantes da natureza” para a sua subjugação em relação aos homens.

Desta forma, para Joan Scott (1995), é necessário um processo de desconstrução dos papéis masculinos e femininos. Ao fazer uma releitura das ideias de Scott, Louro (1997) afirma que mais que dividir a sociedade em masculinos e femininos, o sistema e as relações de dominação e poder articulam e engendram sorrateiramente polarizações de categorias muito mais perversas que aquelas citadas; por exemplo, as relações de poder constroem o estigma da “produção-reprodução”, “razão-sentimento”, “primeiro-segundo sexo”. Assim, essas micro articulações cotidianas engendram as macro relações de poder, definindo desde a tenra idade os lugares de cada gênero.

Segundo Louro (2015, p. 16), a maneira como os gêneros “se representam ou são representados, os significados que atribuem às suas experiências e práticas são, sempre, atravessados e marcados por relações de poder”. Vale ressaltar, todavia, que “combater as hierarquias de gênero não significa apagar todas as diferenças (...), mas garantir que tais variações não sejam usadas para se estabelecer relações de poder, hierarquia, violências e injustiças” (LINS, MACHADO e ESCOURA, 2016, p.24).

No caso do campo político, um capital em disputa é o capital social, o qual lhe proporciona distinção e, conseqüentemente voz, apoio e votos. Bourdieu em *“Le capital social: notes provisoires”*, o definiu como “o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (MATOS, 2009, p. 35). Nesse sentido o capital social possui um caráter utilitário, sendo um “ativo” social adquirido de forma desigual por conta das posições sociais distintas de cada indivíduo (BOURDIEU, 1980, p.2). No campo político, por exemplo, o capital social possibilita conquistar outros recursos importantes e distinção social, já que um político que possui uma rede de reciprocidade é visto como influente nos rumos da política e decisões de governo, além de possibilitar angariar votos e cabos eleitorais em potencial. São os políticos dotados de maior estoque de capital social e distinção no interior do campo político que determina, em grande medida, os rumos do partido, tais como nas escolhas dos representantes e os acordos de coalizões de grupos/chapas partidárias.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e do tipo biográfica (ainda que não pretensiosamente uma descrição exaustiva), não se limitando a descrição da trajetória de vida, típica desse tipo de pesquisa. Buscamos analisar parte da autobiografia de uma mulher que viveu em um pequeno município capixaba composto por uma comunidade patriarcal. Esse município esteve fora do “circuito” do desenvolvimento econômico e das decisões políticas nacionais, assim como dos reflexos diretos da ditadura militar brasileira. A biografada possui três irmãos, sendo a única do sexo feminino. Sua família de poucos recursos materiais e simbólicos, vivendo exclusivamente da pequena agricultura de subsistência. Aos 17 anos entrou na política partidária e tornou-se vereadora por duas vezes (1973 a 1983), além de ter sido presidente da Câmara Municipal. Nesse período o município possuía menos de 6 mil habitantes, sendo a principal atividade econômica a pesca e a agricultura. Às mulheres cabiam apenas algumas atividades tipicamente femininas, tais como o artesanato em conchas e a extração de marisco (sururu) e mexilhão (tipo de búzio marítimo que vive na praia).

Buscamos aqui iniciar algumas problematizações em relação à complexa dinâmica entre estrutura e indivíduo, assim como discutirmos as relações de gêneros e o lugar da mulher no “mundo dos homens”, tendo a biografada como um objeto de análise. A proposta de olhar a trajetória do indivíduo para compreender as estruturas e as relações sociais de sua época é inspirada na obra *“Mozart: sociologia de um gênio”*, de Norbert Elias (1995). Nessa obra Elias ao transcrever os dilemas vivenciados por Mozart nos desvela as mudanças ocorridas na passagem de uma sociedade de corte para uma sociedade burguesa.

Para a operacionalização deste trabalho, realizamos uma entrevista semiestruturada com a autobiografada, a qual foi gravada em áudio e vídeo, sendo a mesma realizada na sua residência, o que ocorreu para proporcionar à entrevistada maior comodidade (por conta de sua saúde) e liberdade para narrar sua trajetória de vida.

As análises e discussões foram realizadas sob a perspectiva da Teoria do Campo, de Pierre Bourdieu, sendo para isso mobilizado os conceitos de campo, habitus, capital social e capital simbólico já apresentados na seção anterior, além das colaborações interpretativas de Beauvoir (2009) e Bourdieu (2010).

UMA MULHER NO MUNDO DOS HOMENS: NARRATIVA E ANÁLISE BIOGRÁFICA

Na presente seção buscamos, no primeiro momento, descrever parte da autobiografia coletada para, *a posteriori*, analisar, sob as contribuições de teóricas de Pierre Bourdieu (1980; 1994; 2002; 2003a; 2003b; 2004; 2010), Beauvoir (2009) e Martins (2014), e, assim nos propormos discutir o lugar desta no “mundo dos homens”.

BIOGRAFIA DE UMA MULHER NO “MUNDO DOS HOMENS”

Mariza nasceu no interior de um município do sul do Espírito Santo em 1957, filha de lavradores que utilizavam da agricultura de subsistência para criar os quatro filhos. Segundo a entrevistada, sua infância fora marcada pelo trabalho e com poucos momentos de lazer. Sendo umas das filhas mais velhas, suas atividades na infância e na adolescência eram direcionadas a cuidar dos animais, algumas tarefas ligadas à plantação (as que demandavam menos esforços físicos), lavar louça no rio, vender os produtos no centro da cidade e cuidar do seu irmão mais novo.

Na adolescência, já morando no centro de uma pequena cidade, as brincadeiras eram mais constantes, afirmando que “não existia diferença entre brincadeiras de meninos e de meninas”, pois todos brincavam da mesma forma. As meninas pediam as panelas das mães, algumas comidas e temperos. Já os meninos caçavam “ovos de anu-preto (*Crotophaga ani*), preá-da-índia (*Cavia porcellus*) e lenhas para fazer o cozinhado”, além de serem responsáveis por construir a “casinha”, onde se imaginavam adultos e representando os papéis sociais dos membros da família.

Entre os quinze e dezesseis anos, Mariza começou a trabalhar no comércio local vendendo roupas, batidas (bebidas) e sorvetes. O contato direto com a população e sua ligação com atividades sociais no interior da Igreja Católica a tornou conhecida na pequena cidade onde vivia, tendo assim acumulado capital social, sobretudo entre as mulheres e os idosos, sendo vista como uma “mulher cuidadora”. Esse acúmulo de capital social levou um amigo da família, envolvido com a política local, a convidá-la para ser candidata a vereadora nas eleições de 1973. Entretanto, Mariza ainda não tinha idade suficiente para se candidatar ao cargo de vereadora, mas através de “jeitinhos” o amigo da família adulterou seus documentos pessoais para que no momento do cadastro das candidaturas tivesse 18 anos de idade. Segundo Mariza o convite e, posteriormente, a candidatura não escandalizou a família ou a sociedade da época, pelo contrário, a comunidade apoiou a jovem que ao ir à igreja ouvia das amigas palavras de apoio.

Mariza deixa claro que o interesse pela política se vincula aos gestos altruístas, visto que na época vereadores não recebiam salários. Nas palavras da entrevistada, o “prazer em ser

vereadora estava em ajudar os mais necessitados”. Este prazer perpetuou-se por dois mandatos consecutivos, em um deles como presidente da Câmara de Vereadores.

Seu primeiro mandato foi marcado pela insistência na construção do hospital no município. Para esse intento, Mariza organizou com suas amigas da igreja rotineiras visitas às casas dos munícipes para pedir mantimentos, objetos e animais para serem posteriormente leiloados ou rifados em bailes que elas organizavam na praça central do município, sempre às sextas-feiras. Aliado a essas tarefas estavam as “idas de Kombi” a capital, Vitória-ES, para pedir apoio aos deputados estaduais. Segundo a entrevistada, mesmo sendo a única mulher no grupo ela “era muito respeitada” pelos seus pares, pois “eram senhores de respeito e amigos dos meus pais” e ela se vestia de forma modesta e bem. Afirma Mariza que os vereadores homens conheciam muita gente na capital, sobretudo políticos, que poderiam ajudar na busca de recursos e doações.

No seu segundo mandato, Mariza já era uma mulher casada e com dois filhos, mas o acúmulo de papéis e tarefas, segundo a entrevistada, não teria atrapalhado sua função de vereadora, pois “deixava os meus filhos com minha irmã e saía pedindo remédio, carne e leite para quem precisava” (sic). Com o hospital já construído, sua função era pedir ajuda para equipá-lo com lençóis, berçários, travesseiros e camas. Para isso visitou as famílias mais ricas do município solicitando ajuda. Segundo Mariza, quando em funcionamento, o presidente do hospital entrava em contato com ela corriqueiramente para pedir que arrecadasse alimentos para os pacientes, bem como outros materiais de uso não permanente.

Para Mariza seu trabalho como vereadora distanciava-se do restante dos seus pares, pois ela ajudava os mais necessitados, enquanto que os demais vereadores, homens, tratavam das questões do partido e das coligações a serem formadas para os novos pleitos. Narra ela que, “uma vez uma mulher me pediu uma cesta básica, mas pediu para eu conseguir mesmo, pois já tinha pedido outro vereador e ele não deu (...)”. A entrevistada, ao comparar seu trabalho com a atuação da atual câmara de vereadores afirma que “na época não tinha isso de reunião todo dia (...) não tinha esse negócio de projeto. A gente trabalhava mesmo.” Hoje afirma que não retorna à política por conta da necessidade de cuidar de seu marido que atualmente possui uma saúde debilitada e que demanda cuidados da esposa.

UMA ANÁLISE SOCIOLOGICA DE UMA BIOGRAFIA DA MULHER NO “MUNDO DOS HOMENS”

A primeira coisa que se percebe na pequena autobiografia é a imersão no “mundo dos homens” sem, contudo, perceber que existe uma estratificação sexual clara e marcada pela dominação masculina. Embora não seja percebido pela biografada, seu lugar foi sempre aquele destinado às “frágeis mulheres”, ainda que tivesse “entrado” na política em plena década de 1970, um campo dominado pelos homens. Sua imersão no “mundo dos homens” não se deu de forma plena a ponto de disputar os capitais em jogo, antes permaneceu com papéis destinados às mulheres, o de cuidadora, e “*habitus* femininos”. Como destacou Bourdieu (2002), o *habitus* é um dos fatores mais eficientes para conservar o estado das coisas, legitimando-os de tal forma

que o próprio dominado sanciona os padrões comportamentais dessa sociedade, passando vê-los como naturais. A narrativa inicial de que “(...) não existia diferença entre brincadeiras de meninos e de meninas”, seguida da descrição dos papéis de gênero, onde às meninas cabiam os preparativos domésticos e aos meninos prover a segurança (construir a casa de brinquedo) e o sustento (coletar ovos de anu-preto) demonstram a falta de percepção das relações estruturais da sociedade que estava inserida. Observamos ainda que os adolescentes do sexo masculino ajudavam na lavoura, enquanto às meninas restava vender parte da produção, cuidar dos animais mais domesticáveis (pois apenas aos homens delegava-se o afastamento de casa em busca de animais maiores, como o gado) e lavar roupas e utensílios domésticos no rio. Ainda que observemos uma narrativa da adolescência marcada pela igualdade, nota-se a divisão de papéis típica daquela denunciada por Beauvoir ([1949]2009) e Scott (1995), no qual cabe à mulher o espaço do lar enquanto aos homens o da caça. Certamente as condições financeiras precárias colaboram para transmitir uma falsa ausência de estratificação sexual. Nesse contexto, cabe ao cientista social estar atento ao fato de que as narrativas, como destacou Martins (2014), são impregnadas de interpretações dos entrevistados. Estes ainda que tentam dar sentido racional a suas falas, tem suas narrativas marcadas por uma visão do senso comum; cabendo ao pesquisador o desvendamento científico. Assim,

O que os cientistas analisam e interpretam é a interpretação que esse homem comum faz dos processos interativos que vive, no confronto com as referências estruturais e mesmo históricas que revelam e iluminam o que é propriamente e objetivamente social e, no mais das vezes, não está ao alcance de sua compreensão. A interferência interpretativa do pesquisador se dá no desvendamento das conexões entre o visível e o invisível, entre o que chega à consciência e o que se oculta na alienação própria da vida social (MARTINS, 2014, p. 13-14).

É importante não olvidar que Mariza viveu em um período marcado pela “visão patriarcal do mundo”, e ainda que sua narrativa se dê em tempo presente essa mesma visão é predominante no seio da sociedade na qual ela está inserida. Não é nosso interesse realizar julgamento de valor quanto a perspectiva de Mariza, mas, a partir do conhecimento que as ciências sociais hoje nos oferecem, entender as relações de gênero a partir de suas narrativas; o que nos ajuda a compreender as mudanças e permanências existentes na atual estrutura social.

Vivendo na adolescência em uma pequena cidade predominantemente pesqueira, se inseriu no mercado de trabalho ainda jovem, porém não na pesca, como seus irmãos, mas no comércio, o que foi permitido pelos seus pais, pois a pesca era apenas para os homens. Seu tempo era dividido entre o trabalho no comércio e atividades religiosas, sobretudo em práticas de caridade. Seu papel de destaque foi o de “cuidadora dos mais pobres e necessitados”, típico daqueles destinados às mulheres. No desempenho desse papel de cuidadora tornou-se conhecida na cidade, o que a levou a ser indicada, pelos políticos homens, a candidatar-se à vereança. A princípio, pensávamos que sua inclusão na política, aos 17 anos, seria um claro rompimento com a lógica da dominação masculina, já que até então tratava-se de um campo onde só os homens estavam presentes e disputando capitais simbólicos para a obtenção de distinção no interior desse campo.

O campo político local era marcado por um jogo de disputa por capitais simbólicos em busca da distinção social e, conseqüentemente, levando seu detentor a alcançar uma posição de comando. Para obter essa distinção os indivíduos no interior desse campo buscavam deter conhecimento das regras da política partidária, influências junto aos deputados estaduais e ao governador, assim como junto aos presidentes de partidos. Essa busca dava-se por ser um período conhecido pela prática da “política do pires na mão”; esta marcada pela falta de uma distribuição de recursos entre os entes federados de forma institucionalizada, onde restava aos prefeitos e vereadores ir pessoalmente ao governador e aos deputados solicitar verbas para o município. Nesse contexto, ter influência junto aos demais políticos era um capital simbólico (mais especificamente capital social) desejável e bastante disputado. No entanto, Mariza esteve no interior desse campo não em disputa desse capital, mas estendendo àquele campo seu papel desempenhado na comunidade religiosa de “cuidadora dos mais pobres e necessitados”. Não que isso não convertesse em um capital importante no campo político, o capital social. Pelo contrário, esse capital a manteria na vereança por dois mandatos consecutivos (1973-1983). O que destacamos é sua posição limitada a “cuidar dos mais pobres e necessitados”, uma espécie de mãe presente na câmara dos vereadores, ainda que com pouca idade. Mariza não disputava outros capitais típicos do campo político; não discutia os rumos do partido, não participava dos debates em relação às coligações a serem realizadas, não influenciava nos apontamentos de personalidades para disputar o cargo executivo municipal, assim como não acumulou capital social junto a políticos de outros municípios e deputados estaduais.

Afinal, sendo vereadora, estando no interior do campo político, qual era o seu lugar? Ao entrevistá-la sobre seu papel na vereança a mesma limitou-se a narrar diversos casos envolvendo apoio aos mais necessitados do município e ao hospital que ajudou a construir. Em momento algum menciona as disputas típicas da política local, tal como a possibilidade de indicar candidatos a prefeito ou qualquer atividade ligada aos partidos políticos. Indagada sobre a política estadual e nacional, a entrevistada afirma que não se dava conta do que estava acontecendo na política, pois estava envolvida com atividades de ajuda aos mais pobres e com o hospital e nisso “se realizava enquanto pessoa”. Mencionou que o “prazer em ser vereadora estava em ajudar os mais necessitados”, mas nos parece que seu papel no campo político se limitava justamente a isso, cabendo aos homens as questões políticas partidárias. Nesse sentido, sua inclusão no “mundo dos homens” (campo político) deu-se sem, contudo, alterar a lógica da dominação masculina, estando a mulher associada ao papel de cuidadora.

No episódio narrado referente à busca por recursos para a construção do hospital municipal, nota-se dois pontos que nos chama atenção: a dependência dos vereadores homens quando ela precisava de acesso ao governador e aos deputados estaduais; o apoio de outras mulheres em tarefas que podemos classificar como sendo de “cuidadora”. Ao mencionar o respeito que os demais vereadores tinham a ela, sua justificativa estava no fato de “conhecerem seu pai”, o que nos conota a necessidade de um homem para assegurar sua integridade diante dos demais, bem como a preocupação de vestir-se de forma a “exigir respeito”, nos remetendo à assertiva de Beauvoir (2009), ao afirmar que vestir-se bem é uma obrigação imperiosa para que se tenha o respeito, algo não exigido da mesma forma e proporção aos homens.

Como Mariza não estava incluída nas disputas por capitais simbólicos representados no acúmulo de conhecimento das regras da política partidária, influências junto aos deputados estaduais e ao governador, assim como junto aos presidentes de partidos, ao precisar de grandes volumes de recursos financeiros dependia da atuação dos vereadores do sexo masculino para dirigir-se aos políticos da capital do estado.

Quando se tratava de arrecadar doações menores, Mariza retomava seu papel de “cuidadora” e recorria a ajuda de outras mulheres, pois os homens não se envolviam na prática de bater de porta em porta pedindo ajuda para adquirir condições de construir e manter funcionando o hospital municipal. Nesse sentido, sua prática de vereança foi deslocada em relação às práticas dos demais vereadores. Perguntada a ela o que colaborava para que as pessoas lhe ajudassem, ela respondeu que ela era conhecida pelos trabalhos da Igreja de ajuda aos necessitados. Nesse sentido, observamos uma extensão do papel feminino do interior da Igreja Católica ao campo político, sem, contudo, ser isso visto pelos demais vereadores como um capital simbólico; ou seja, não se tratava de algo em disputa, pois era tido até então como papel de mulher. Exemplificando, Mariza nos disse que “uma vez uma mulher me pediu uma cesta básica, mas pediu para eu conseguir mesmo, pois já tinha pedido outro vereador e ele não deu (...)”. Não se tratava de negar ao eleitor uma cesta básica, mas do fato de que os demais vereadores entendiam que cabia à vereadora mulher fazer isso, uma vez que a mesma era vista como “cuidadora dos mais pobres”.

O deslocamento de Mariza no interior do campo político é notado a partir de sua fala de que “na época não tinha isso de reunião todo dia (...) não tinha esse negócio de projeto. A gente trabalhava mesmo”. Para ela, a vereança limitava-se aos trabalhos de ajuda aos mais carentes, desconhecendo as reuniões partidárias e de políticos que existiam, assim como as constantes idas a capital na prática da “política do pires na mão”. O que não foi confirmado ao buscarmos informações junto aos vereadores que estiveram na vereança juntamente com Mariza. Estes nos disseram que raramente a convidavam para as reuniões porque ela não entendia de política e que os assuntos tratados cabiam apenas aos homens.

Após seu segundo mandato seguido Mariza abandonou a política para cuidar da família que cresceu com a chegada dos filhos, limitando o seu papel de cuidadora ao espaço doméstico. O que Mariza não percebeu é que ela estava em um mundo que foi estruturado para mantê-la em um papel secundário, isso por ser mulher. Tratava-se de uma mulher no “mundo dos homens”. Tratava-se do resultado de *habitus* incorporados, os quais condicionam e orientam as ações dos indivíduos para a reprodução de uma dada estratificação social, como destacou Bourdieu (2003a).

Sob a perspectiva da Teoria do Campo de Bourdieu, é possível interpretar a realidade social de Mariza a partir de uma concepção relacional e sistêmica do social. A estrutura social, a qual envolve a trajetória de vida de Mariza, configura-se em um sistema hierarquizado de poder e privilégio, estando o homem em posição privilegiada, o que reproduz relações simbólicas assimétricas entre os gêneros, que, por sua vez, “determinam” o lugar da mulher nesse mundo de dominação masculina. A posição de privilégio ou não-privilégio dos indivíduos nas sociedades patriarcais está relacionada diretamente ao gênero, onde às mulheres é dado menor prestígio social, sendo a elas destinados papéis compreendidos como secundários no interior

das relações sociais. Suas trajetórias sociais são, devido à estrutura social, marcadas por menor acúmulo de capitais simbólicos, situação que se fortalece como um sistema de disposições responsáveis pelo desenvolvimento de um “*habitus* feminino”, secundário e frágil. É nesse sentido que não se nasce mulher, torna-se mulher (BEAUVOIR, 2009).

Olhando a trajetória de vida de Mariza sob as contribuições da obra “Mozart: sociologia de um gênio”, de Norbert Elias (1995), vamos notar que ainda que ela tivesse buscado colocar-se em um campo tido em seu tempo como “masculino” (o campo político), a estrutura social da época não lhe possibilitou romper com a “ordem das coisas de um mundo dos homens” e coube a ela o papel feminino (de cuidadora) no interior de um “campo masculino”. Diferente de Mozart, Mariza não teve a percepção de que estava excluída do grupo social masculino, o que se explica a partir de suas “predisposições femininas”, acreditando que estava em um mundo que também era das mulheres, quando na verdade era apenas uma mulher no mundo dos homens. Essa falsa impressão de igualdade, ou não percepção da dominação masculina, se dá por conta do processo educativo que está presente em todas as instâncias no mundo social patriarcal; em outros termos, o mundo dos homens está estruturado e estrutura-se para que os capitais simbólicos responsáveis pela distinção social favoreça os homens muitas das vezes de forma sutil, um poder simbólico coercitivo que se manifesta em uma falsa impressão de que os indivíduos fazem a sua própria vontade e traçam as suas trajetórias de vida a partir da crença de que trata-se do exercício de suas liberdades individuais.

Como destacou Bourdieu (1994, p. 7-8), o poder simbólico consiste, “[...]esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, e é com base nessa realidade que temos um mundo dos homens legitimado também por mulheres como Mariza, que acreditando que alcançaram um lugar de distinção, apenas reproduzem a condição de dominada sem, contudo, ter ciência da violência simbólica sofrida, a qual muitas vezes materializa-se em violência objetiva e perceptível; nessa lógica de incorporação da dominação masculina, vítimas e cúmplices acabam sendo a mesma pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo nos propusemos, a partir de uma discussão de uma narrativa autobiográfica, analisar o lugar da mulher no “mundo dos homens”. Em outros termos, analisar o lugar de uma mulher que aos 16 anos de idade entrou no campo político, tornando-se por duas vezes vereadora e, por fim, sendo presidente(a) da câmara municipal de um pequeno município capixaba marcado por uma sociedade tradicional e conservadora e, do ponto de vista econômico, precário. O estudo desenvolvido nos possibilita pensar algumas questões que envolvem as relações de gênero, sobretudo discutidas sob a luz da Teoria do Campo, de Bourdieu.

Notamos que há, da parte da autobiografada, uma ilusão de inclusão no “mundo dos homens” e uma percepção ingênua de uma realidade marcada pela igualdade de gênero, o que sua “inclusão” no campo político não foi capaz de modificar. Essa ilusão é desvelada na medida que compreendemos que se trata de relações assimétricas de poder, marcadas por *habitus* produzidos e

reproduzidos no interior dessas relações. O que podemos aferir é que o mundo no qual Mariza estava “inserida” (dentro de uma lógica de submissão) tratava-se de um “mundo dos homens”, o qual é, em grande medida, impenetrável pelas mulheres, sobretudo nos anos de 1970. No caso específico, notamos que a mulher, naquele período, ao “incluir-se” na política não lhe coube outro papel a não ser de cuidadora, uma espécie de mãe dos mais fracos e vulneráveis, ainda que assentada na cadeira de vereadora. Em outros termos, dentro do campo, mas sem jogá-lo.

O *habitus* adquirido no interior de uma sociedade marcada pela dominação masculina desencadeou uma postura de passividade e naturalização da posição daquela mulher em uma situação secundária. Ao homem, a distinção social. À mulher, a extensão de seu papel doméstico de cuidadora. Essa condição se dá de forma simbólica e invisível, o que possibilita uma maior legitimação da dominação masculina e perpetuação de uma sociedade patriarcal, violenta e desigual.

Essa desigualdade simbólica materializa-se em uma estratificação social que dificulta as mulheres a romper com a lógica dominadora, uma vez que o acesso aos bens econômicos e ao poder político lhes tornam o acesso muito mais difícil e quando essa condição não é percebida o rompimento torna-se ainda menos provável, como destacou Simone de Beauvoir ([1949]2009).

Diferentemente de Mozart (ELIAS, 1995), Mariza não notou as estruturas sociais que a envolviam. Não percebeu que sua presença no “mundo dos homens” não significou que esse mundo lhe pertencia ou que teria sido produzido para lhe pertencer, pelo contrário; foi estruturado e se estrutura para manter uma relação de subjugada. A percepção de Mozart o levou à depressão e a morte. A ignorância de Mariza lhe proporciona viver satisfeita com sua trajetória, esta narrada com muito entusiasmo e alegria. Certamente foi por isso que o filósofo grego Platão já indicava que o fundo da caverna era tido por muitos como aconchegante, ainda que a “realidade” percebida fosse apenas sombras produzidas; no caso de Mariza, produzida pelo mundo dos homens. Simone de Beauvoir ao enxergar sua condição de segundo sexo não teve a mesma alegria e entusiasmo em narrar em sua obra acontecimentos próximos a sua existência nesse mundo dos homens, mas certamente sua consciência colaborou em muito para o despertar de outras consciências e ações. Nesse sentido, o presente artigo evidencia a necessidade de um maior engajamento na clarificação das relações de dominação masculina. Certamente não foi nossa pretensão esgotar a discussão, mas trazer alguns elementos que merecem atenção para que tenhamos uma sociedade mais igualitária e justa.

REFERÊNCIAS

- BERTAUX, Daniel. « L'approche biographique : Sa validité méthodologique, ses potentialités ». Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. LXIX, Histoires de vie et vie sociale, 1980, pp.197-225.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 2009.
- BOURDIEU, Pierre. « Le capital social : Notes provisoires ». Em : Actes de la Recherche in Sciences Sociales, vol. 31, n. 31, 1980, pp. 2-3.
- _____. “Esboço da teoria da prática”. Em: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu/ Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994, pp. 46-81.
- _____. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.
- _____. “Espaço social e espaço simbólico”. Em: Razões práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2003b, pp. 13-28,
- _____. Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- ELIAS, Norbert. Mozart: Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- IANNI, Octavio (org.). Teoria de estratificação social: Leituras de sociologia. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca [e] ESCOURA, Michele. Diferentes, não desiguais: A questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997
- _____. “Pedagogias da sexualidade”. Em: LOURO, Guacira Lopes (org.). O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MATOS, Heloiza. Capital social e comunicação: Interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.
- MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Contexto, 2014.
- SCHENATO, Vilson Cezar. “A síntese entre a objetividade e subjetividade mediada pela noção de habitus de Bourdieu”. Revista Perspectivas Sociais, Ano 1, n.1, 2011, pp. 31-46.
- SCOTT, Joan. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade, vol. 20, n. 2, 1995, pp. 5-22.